

ALIMENTAÇÃO!

Circuitos Curtos Agroalimentares
para o Direito Humano à Alimentação Adequada

DIAGNÓSTICO DAS DINÂMICAS ALIMENTARES

MUNICÍPIO DE IDANHA-A-NOVA

2021



Parceria:

animar aCtuar



COLÉGIO F3
Food, Farming & Forestry

UNIVERSIDADE
DE LISBOA



SÃO PEDRO
DO SUL
CAPITAL DO SUDESTE



Parceiros de Apoio:



Financiador:

PDR
2020
PROGRAMA DE
DESENVOLVIMENTO
RURAL 2014-2020

PORTUGAL
2020

UNIÃO EUROPEIA
Fundo Europeu Agrícola
de Desenvolvimento Rural
A Europa investe na zona rural

Índice

INTRODUÇÃO	3
IDANHA-A-NOVA: BREVE RETRATO DO TERRITÓRIO E DO SEU SISTEMA ALIMENTAR LOCAL.....	5
1. Caracterização Sociodemográfica.....	5
3. Descrição do sistema alimentar.....	6
Roda de Diálogos	9
Resultados da Roda de Diálogos	10
BIBLIOGRAFIA	15

Créditos das imagens:

Fotografias da capa: Plantas aromáticas: Gate74 por Pixabay; Gado bovino: Alkemade por Pixabay; Casqueiro de Idanha: beira.pt; Azeitonas: Hans Braxmeier por Pixabay; Monsanto: Pedro Quintela por Facebook do Município de Idanha-a-Nova. Fotografias da Roda de Diálogos: ACTUAR.

INTRODUÇÃO

Enquadramento do diagnóstico no projeto

O projeto “*AlimentaÇÃO! Circuitos Curtos Agroalimentares para o Direito Humano à Alimentação Adequada*” incide sobre a construção de políticas públicas, mecanismos de governança e instituições adequadas, uma vez que estas são fundamentais para o desenvolvimento territorial e para a garantia da segurança alimentar e nutricional das suas populações. A criação e consolidação de Circuitos Curtos Agroalimentares (CCA) constitui uma ação importante para alcançar este objetivo e contribuir, assim, para a implementação progressiva do Direito Humano à Alimentação e Nutrição Adequadas (DHANA).

Visando mobilizar a sociedade e realizar um trabalho de advocacia¹ pela criação e fortalecimento dos CCA, enquanto ferramenta territorial para a garantia da segurança alimentar, o projeto prevê a realização de um diagnóstico das dinâmicas alimentares locais, incluindo a análise das políticas públicas e medidas existentes, a identificação de iniciativas e boas-práticas em curso, e a discussão participativa sobre os desafios e necessidades, oportunidades e recursos e prioridades locais.

Este exercício de diagnóstico tem como principal objetivo conhecer as dinâmicas alimentares do território, os seus atores principais e opções tomadas quanto ao sistema alimentar, identificar desafios e necessidades sentidas, bem como potenciais recursos a mobilizar para a construção de políticas e medidas locais que permitam dar respostas às prioridades elencadas para o território.

Desta forma, o projeto apoia o processo de construção de políticas públicas de desenvolvimento rural e de promoção de CCA visando cumprir o DHANA das populações locais, numa abordagem participativa envolvendo os atores locais relevantes, incluindo os municípios parceiros do projeto.

Este trabalho foi realizado com base em metodologias participativas e permitiu construir capacidades locais e apontar oportunidades e estratégias para o desenvolvimento de políticas públicas locais de alimentação e nutrição. Os resultados irão contribuir para a elaboração de um *Guia de Políticas Públicas de Circuitos Curtos Agroalimentares para o Direito Humano à Alimentação Adequada*, o qual pretende apoiar a implementação autónoma de políticas públicas que envolvam a criação de CCA numa abordagem de DHANA.

Justificativa metodológica: condições de trabalho e dinâmicas

O processo de recolha de informação assentou na pesquisa realizada pela equipa do projeto, na informação cedida pelo município e na informação resultante das visitas efetuadas ao território (fevereiro 2020), realizadas através de sinergias estabelecidas entre projetos e envolvendo entrevistas a produtores/as locais e outros atores, e da realização da “Rodas de Diálogos” (dezembro de 2019).

A mobilização dos atores locais chave para a “Roda de Diálogos” foi, sobretudo, concretizada pelo município, dada a sua posição privilegiada de conhecimento do território e proximidade com os atores locais. Apesar da relativa diversidade de atores presentes e do seu envolvimento ativo nas sessões, será importante que, em oportunidades futuras de continuidade deste trabalho, seja garantida a participação de atores representantes de outros interesses locais relevantes e que não puderam estar presentes nestes momentos de reflexão e discussão.

Atendendo aos constrangimentos impostos no âmbito do período de confinamento decorrente da pandemia Covid-19, assim como os consequentes impactos que teve nos territórios locais, e por força da alteração da equipa que estava a acompanhar o projeto por parte do município, foi impossibilitada a realização de novas visitas e da ação de restituição de resultados e advocacia. Porém, de notar o esforço de adaptação pelas partes envolvidas onde a comunicação e as sessões passaram a realizarem-se virtualmente, com a participação do município na ação de advocacia realizada em março de 2021, no sentido de dar resposta aos resultados visados no projeto.

¹ Termo que remete à atividade designada por *advocacy* na língua inglesa, não existindo na língua portuguesa conceito que traduza literalmente esta atividade.

Principais resultados obtidos e próximos passos

Mediante o processo decorrido no município, e considerando a existência de outras ações consideradas importantes, foram indicadas como medidas prioritárias a aprofundar/ desenvolver:

- ➡ Criar espaços de diálogo e concertação regulares entre atores locais para trabalho coletivo numa estratégia alimentar local que agregue as iniciativas em curso e permita otimizar a intervenção sobre os desafios e necessidades locais;
- ➡ Converter os resultados de todo o investimento e esforço feito até ao presente em in formação útil e acessível que permita monitorizar e melhorar o que se faz;
- ➡ Continuar o processo de desenvolvimento e certificação da Bio-Região;
- ➡ Criar apoio técnico na transição para práticas mais sustentáveis de produção e “trazer” os agricultores familiares aos mercados, garantindo o controlo e a qualidade dos produtos;
- ➡ Elaboração de um estudo de mercado sobre oferta e procura alimentar local, de forma a articular as necessidades de consumo local (dos habitantes e turismo), com a produção e comercialização.
- ➡ Reestruturar o mercado municipal e articular com os serviços de transportes;
- ➡ Otimizar a logística e os transportes para operacionalizar condições para desenvolver a oferta para o exterior e também promover maior acessibilidade junto da população local;
- ➡ Agregar empresas locais de agricultores para organizar a produção e a logística e otimizar custos.

Como medida prioritária a implementar para o desenvolvimento de uma política alimentar territorial integrada recomenda-se a criação de um Conselho Municipal Alimentar, adaptado ao território e alicerçado nas propostas discutidas pelos participantes, em moldes de funcionamento a determinar, visando a criação de um espaço de continuidade para o diálogo e a articulação entre atores locais, para a definição e implementação de uma Estratégia Local de Direito à Alimentação Adequada.

Estas propostas implicam a mobilização de recursos (humanos, capacidades, financeiros, materiais, etc.) e uma ação abrangente em diversas áreas setoriais, constituindo um primeiro esboço de uma estratégia integrada para o sistema alimentar local.

IDANHA-A-NOVA: BREVE RETRATO DO TERRITÓRIO E DO SEU SISTEMA ALIMENTAR LOCAL

O município de Idanha-a-Nova situa-se no Centro Este de Portugal (sub-região da Beira Baixa), em fronteira com Espanha a Este e Castelo Branco a Oeste, tendo o rio Tejo e o Parque Natural do Tejo Internacional na fronteira Sul e Monsanto a Norte.

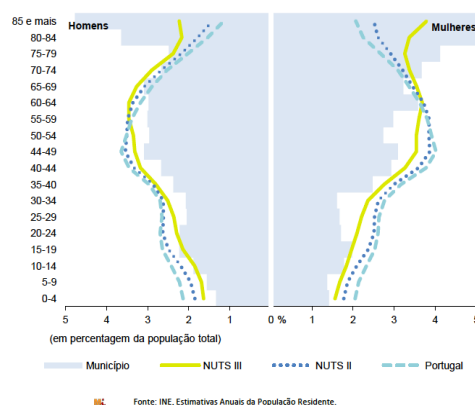
Encontra-se entre dois importantes centros populacionais (Lisboa e Madrid) e conta com boa infraestrutura de comunicação vial e digital. Localmente, estas características são apresentadas como uma oportunidade, na medida em que está suficientemente perto de grandes mercados de consumo e suficientemente longe para preservar a ruralidade, a tradição e o seu património histórico. Estas características orientam as estratégias de inovação e desenvolvimento da região.

Por séculos, fronteira de diversas culturas, as características atrás descritas conformam a sua atual organização territorial e as suas dinâmicas de desenvolvimento.

1. Caracterização Sociodemográfica

A estrutura etária da população da Idanha a Nova segue a tendência do país, com uma população de 65 anos significativa, como expresso no gráfico abaixo (dados de 2018).

De forma similar aos municípios rurais europeus em geral e aos portugueses em particular, Idanha-a-Nova enfrenta uma dupla tendência populacional de diminuição e de envelhecimento da população. Este declive da curva populacional inicia a partir da década do 1950, mesmo com o desenvolvimento da economia de rega e a abertura e melhoria da infra-estrutura de caminhos. Embora nos últimos 20 anos esta tendência tenha desacelerado, a diminuição da população é ainda significativamente superior à taxa nacional: segundo dados do INE, a taxa de crescimento efetivo anual em 2018 ascendia a -2,5% no município, contrastando com a taxa nacional de -0,3% (2019).



Esta dinâmica populacional de diminuição e envelhecimento da população poderá colocar em risco conhecimentos ancestrais agroalimentares e ameaçar a capacidade de inovação desde o segmento mais jovem, limitando o mercado laboral rural, o que por sua vez limita o futuro do setor agroalimentar produtivo.

Porém, no âmbito da dinâmica populacional, observa-se igualmente uma contra-dinâmica de imigração para o território por parte de jovens e adultos, alguns com vínculos ancestrais, outros sem quaisquer vínculos anteriores ao território. Estes empreendedores estão a recolher os conhecimentos tradicionais e a inovar a partir destes nas diferentes cadeias agroalimentares e de valor em processo de estruturação no território (incluindo, pecuária, olival, aromáticas e medicinais, assim como restauração). Também se identificam no território jovens com estudos superiores que têm retomado os empreendimentos dos pais inovando com novas tecnologias a partir de conhecimentos tradicionais. Com formação profissional diversa, esta geração de jovens empreendedores encontra-se grosso modo alinhada aos principais eixos de desenvolvimento territorial com a mesma premissa de “semear tradição para colher inovação”, slogan que tem sido associado à cultura empreendedora local.

Não obstante, o mercado laboral rural continua a ser um constrangimento importante no território, para o qual serão necessárias respostas integradas numa estratégia integral territorial. Segundo dados do INE (PORDATA 2019), a taxa de desemprego era de 8% em 2010, tendo ascendido a 10% em 2018, manifestando um comportamento inverso ao da taxa de desemprego nacional (que reduziu de 8 para 5%, no mesmo período). É expectável um aumento do desemprego na sequência da Covid-19 e crise económica que se seguirá.

2. Caracterização Agroecológica

O território de Idanha-a-Nova apresenta uma conformação geológica antiga e um ambiente climático mediterrânico de chuvas sazonais, invernos amenos e frescos e verões curtos, secos e quentes.

Desde uma abordagem agroambiental e socioeconómica, o concelho pode ser dividido em dois espaços territoriais segundo o acesso à água para rega e às oportunidades produtivas agroalimentares: a zona de sequeiro e a zona de regadio, em que a zona de sequeiro conforma grande parte do território do concelho.

Até à primeira metade do século XX, a zona de Campina ou Campanha da Idanha tinha uma produção de cereais combinada com atividade de pastoreio proveniente do Alentejo (bovino) e Serra da Estrela (ovino e caprino). Com o projeto hidroagrícola da barragem Marechal Carmona de 1947, esta região sofreu uma modificação profunda nos seus sistemas produtivos agroalimentares, que passaram a centrar-se na produção de rega, contando com mais de 8.000 hectares.

Na atualidade, esta região é o centro de desenvolvimento da estratégia de Bio-Região com cadeias produtivas biológicas em torno da pecuária bovina, fruticultura e sementes. As cadeias de valor dinâmicas da Bio-Região mais relevantes são: i) Carnes biológicas; ii) Agricultura biológica; iii) Ervas aromáticas e medicinais; iv) Olival.

O desenvolvimento territorial de Idanha-a-Nova descansa sob dois eixos: turismo e Bio-Região. Ambas as dinâmicas assentam sobre os mesmos três pilares que sustentam a identidade local: a sua história, a sua cultura e o seu ambiente. Embora o turismo e a Bio-Região resguardecam dinâmicas próprias, encontram-se intrinsecamente relacionadas: o turismo beneficia-se da Bio-Região através do sistema de restauração, oferta agroalimentar própria da região e turismo rural, assim como a Bio-Região se fortalece com o turismo, através da promoção cultural, exposição de produtos e mercado de consumo.

A gastronomia da região ocupa um lugar central que se revelará de fulcral relevância para a promoção de Idanha a Nova enquanto Bio-Região e eventual candidatura a Sistema Importante Património Agrícola Mundial (SIPAM).

3. Descrição do sistema alimentar

3.1. Produção e transformação de alimentos

O Município de Idanha-a-Nova está provido de infraestruturas de apoio à atividade produtiva como o Centro Empresarial de Idanha-a-Nova, as Zonas Industriais de Idanha-a-Nova e Penha Garcia, a Albufeira e Regadio de Idanha-a-Nova, a Incubadora de Base Rural “Green Valley Food Lab” no Couto da Várzea, o Centro Logístico Agroalimentar do Ladoeiro ou o lagar móvel para extração de azeite biológico em Proença-a-Velha.

A Estratégia Recomeçar tem um programa – Idanha Green Valley – que visa à disponibilização de infraestruturas de apoio além de contemplar programas de aceleração de base tecnológica Idanha Food Lab com a parceria do Centro Municipal de Cultura e Desenvolvimento – CMCD (2020). Neste programa insere-se um projeto estruturante - O Green Valley Food Lab, cuja Incubadora de Empresas de Base Rural já disponibilizou um total de 547ha para implementação de projetos agrícolas nas áreas de horticultura, fruticultura, genética e melhoramento animal, aromáticas, apicultura. Presentemente encontra-se distribuída 98,7% da área disponibilizada. Do total de área já atribuída, 89% diz respeito a projetos apresentados por jovens agricultores. Até ao momento, foram celebrados contratos com 55 promotores, resultando na instalação de projetos de figo da Índia; dióspiros; mirtilos; amoras e groselhas; uva de mesa; genética e melhoramento animal e hortícolas, nomeadamente melancia, melão, brócolos, grão de bico, entre outros (Município de Idanha-a-Nova 2020b).

No concelho, a formação de produtores, contemplada através dos programas referidos, é orientada para o quadro das BioRegiões, valorizando a plantação de espécimes autóctones e requalificação dos ecossistemas, numa prática de produção local biológica certificada e ou responsável, sendo que se verificam também outras práticas de produção sustentável (p.e., apermacultura).

3.2. Comercialização

O concelho de Idanha-a-Nova conta com o Centro Logístico Agroalimentar do Ladoeiro, visando fornecer o armazenamento, refrigeração e logística de apoio aos produtores locais.

O Mercado Municipal, que visa apoiar os produtores locais, é constituído por 27 bancadas, cinco lojas interiores, quatro lojas exteriores, um supermercado com acesso independente do restante edifício, espaço receção, área de serviços, instalações sanitárias, camaras frigoríficas e armazém. Para além deste, são promovidos pelo município outros Mercados de rua nas freguesias do concelho que decorrem com regularidade definida (mensal e ou semanalmente). O município conta também com cerca de 25 unidades de comércio local.

Em Idanha-a-Nova são realizados festivais temáticos, eventos gastronómicos e feiras ao longo do ano visando a promoção e comercialização de produtos endógenos, nomeadamente o Festival do Azeite e Fumeiro e o Festival das Sopas (Proença-Velha); Festival das Criadilhas, Espargos e Tortulhos (Alcafozes); Festival do Borrego (Rosmaninhal); Festival das Migas (Segura); Festival da Melancia (Ladoeiro); Festival da Caça e Gastronomia (Termas de Monfortinho); Casqueiro – Pão, Bolos e Tradições (Idanha-a-Velha); Festival dos Vinhos e Licores (S. Miguel de Acha); Festival Sabores com Tradição (Idanha-a-Nova).

Os produtos locais de Idanha-a-Nova estão também presentes na Feira Raiana (realizada anualmente e alternadamente entre Idanha-a-Nova e Moraleja - Espanha), no Boom Festival (Idanha-a-Nova) e no Salva a Terra (Salvaterra do Extremo). Importa ainda salientar que, ao nível da gastronomia local, alguns produtos acompanham ciclos produtivos e festivos como as sementeiras, o ciclo Mistérios da Páscoa em Idanha que vai do início da quaresma até domingo de Pentecostes, fazendo depois ligação com os meses das romarias e festas populares, entre maio e setembro.

Em 2017, o Município em parceria com o CMCD organizou a participação de Portugal no mercado de Estrasburgo reunindo uma centena de representantes. Em 2018, foi convidado a representar Portugal na feira de natal “La Navideña” em Madrid, expondo e comercializando produtos locais e nacionais. Fez igualmente representar os seus produtos endógenos em feiras e salões de exposição como a Biofach em Nuremberga e a NatExpo, em França. Promove atualmente a comercialização e divulgação dos produtos locais na Feira Nacional Agrícola e na Casa do Concelho e no mercado biológico do Lumiar, em Lisboa.

3.3. Consumo e Segurança Alimentar e Nutricional

Ao nível territorial, o concelho de Idanha-a-Nova conta com um número considerável de unidades de consumo coletivo (20), sendo 17 em Instituições Privadas de Solidariedade Social - IPSS e três em estabelecimentos escolares, os últimos na vila de Idanha-a-Nova.

Através do Banco Social do Gabinete de Ação Social e Saúde, a Câmara Municipal detém um programa para apoiar pessoas em situação vulnerável do concelho visando a distribuição alimentar, sendo o Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas - POAPMC conjuntamente com o Banco Alimentar Contra a Fome (Município de Idanha-a-Nova 2020a).

Na sequência da pandemia provocada pela Covid-19, verificou-se um incremento acentuado no apoio à emergência alimentar em Idanha-a-Nova. Em maio, o município apoiou cerca de 291 pessoas (Jornal do Fundão 2020)

No âmbito escolar, o município apresenta o projeto – AliMenta – um programa de sensibilização para a promoção de uma alimentação mais saudável e sustentável nas escolas, com a criação de duas mascotes (um alho francês e uma laranja – o Ali Francês e a Menta Laranja) que funcionam como veículos prestigiados de informação. Para além deste programa, detém ainda iniciativas teóricas e práticas de desenvolvimento de competências na área agrícola, ambiental e alimentar, tais como visitas de campo, sementeiras, o jogo “Quem é quem da alimentação”, entre outros.

O município promove igualmente o programa – Regime de Fruta Escolar – visa à distribuição de fruta aos jardins de infância e creches da rede pública e municipal, duas vezes por semana e totalmente proveniente de agricultura biológica.

3.4. Investimento

No concelho de Idanha-a-Nova, verifica-se um elevado investimento público na área de produção e transformação alimentar e gestão florestal. Desde 2016 até setembro de 2020, no município foram obtidos financiamentos num

valor total de 8.466.031,36€ mediante a aprovação de projetos do Programa de Desenvolvimento Rural - PDR 2020 nas seguintes tipologias:

- 1.0.1 - Grupos Operacionais;
- 3.1.1 - Jovens Agricultores;
- 3.1.2 - Investimento de Jovens Agricultores na exploração agrícola;
- 3.2.1 - Investimento na exploração agrícola;
- 3.2.2 - Pequenos Investimentos nas explorações agrícolas;
- 3.3.1 - Investimento Transformação e comercialização de produtos agrícolas;
- 3.4.2 - Melhoria da eficiência dos regadios existentes;
- 4.0.2 - Investimentos em produtos florestais não identificados como agrícolas no Anexo I do Tratado;
- 6.2.2 - Restabelecimento do potencial produtivo;
- 8.1.1 - Florestação terras agrícolas e não-agrícolas;
- 8.1.2 - Instalação de sistemas agro-florestais;
- 8.1.3 - Prevenção da floresta contra agentes bióticos e abióticos;
- 8.1.5 - Melhoria da resiliência e do valor ambiental das florestas;
- 8.1.6 - Melhoria do valor económico das florestas;
- 8.2.1 - Gestão de recursos cinegéticos;
- 10.2.1.1 - Regime simplificado de pequenos investimentos nas explorações agrícolas;
- 10.2.1.2 - Pequenos investimentos na transformação e comercialização;
- 10.2.1.3 - Diversificação de atividades na exploração;
- 10.2.1.6 - Renovação de aldeias;
- 20.2.4 - Assistência técnica RRN - Área 4 (Observação da agricultura e dos territórios rurais).

Relativamente ao consumo alimentar, o financiamento que o município obteve do Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I.P - IFAP refere-se ao Regime Fruta Escolar.

Roda de Diálogos

A Roda de Diálogos (RD) é um espaço dedicado à reflexão e uma ferramenta de apoio ao debate participativo. No âmbito do projeto AlimentAÇÃO!, as RD visaram mobilizar os diversos atores locais - produtores/as, consumidores/as, IPSS, Escolas e outros agentes - para identificar as necessidades, desafios e as oportunidades do sistema alimentar local, particularmente, ao nível dos Circuitos Curtos Agroalimentares, incluindo a identificação de boas práticas.

Esta ação teve igualmente como objetivo contribuir para o diagnóstico local e promover a construção de capacidades locais, identificando oportunidades e estratégias para o desenvolvimento de políticas públicas locais promotoras de circuitos curtos agroalimentares baseados numa abordagem de DHANA.

A Roda de Diálogos – *Produzir e Consumir Local para o Direito Humano a uma Alimentação Adequada* – foi realizada no dia dois de dezembro de 2019, das 10h00 até às 13h00, na Escola Superior de Gestão em Idanha-a-Nova, contando com 27 participantes entre os quais, representantes de produtores e agricultores locais, associações e cooperativas locais, empresas, unidades de transformação de alimentos, entidades de ensino superior, bem como do Município de Idanha-a-Nova.

A sessão teve início com as boas-vindas institucionais dos parceiros e uma breve contextualização do projeto e objetivos da Roda de Diálogos no âmbito do projeto *AlimentAÇÃO!*.

A sessão seguiu com os Diálogos em Grupo, inspirados na metodologia “*World Café*”, onde os participantes foram distribuídos por grupos para refletirem e discutirem sobre as seguintes questões:

- * Quais são as necessidades e os desafios do sistema alimentar (foco na produção e no consumo)?
- * Que Boas-Práticas de Circuitos Curtos Agroalimentares identifica? Que lições foram aprendidas com essas Boas Práticas?
- * Que recursos e oportunidades identifica para melhorar e/ou construir Circuitos Curtos Agroalimentares em Idanha-a-Nova?
- * Que tipo de medidas/ políticas públicas devem ser melhoradas e/ou criadas para promover Circuitos Curtos Agroalimentares em Idanha-a-Nova?

Após os Diálogos em Grupos, foi proporcionado um lanche com produtos tradicionais locais de produção em modo biológico.

Por fim, em plenária, procedeu-se à apresentação e discussão dos resultados obtidos em cada grupo, onde foram identificadas prioridades de ação para o município, num ambiente que suscitou a participação dos presentes.



Fig.1: Discussão em plenária com atores locais sobre o Sistema Alimentar Local com a participação do executivo da Câmara Municipal.



Fig. 2: Discussão em grupos visando identificar propostas concretas para o desenvolvimento de circuitos curtos.



Fig.3: Pausa da sessão com produtos tradicionais de Idanha-a-Nova de produção em modo biológico.

Resultados da Roda de Diálogos

Dada a abrangência intersectorial própria do sistema alimentar, bem como a diversidade de atores que nele têm parte e a articulação entre diferentes níveis territoriais que o afetam (local, regional, nacional e supra-nacional) são inúmeras e diversas as áreas de intervenção a trabalhar que surgem nas sessões participativas, tal como se pode verificar no Quadro 1 apresentado a seguir.

Estes resultados constituem um primeiro esforço de esquematização e sistematização analítica do sistema alimentar local, embora seja necessária uma compreensão mais aprofundada das suas dinâmicas e tendências.

Quadro 1 – sistematização dos principais resultados das sessões participativas da Roda de Diálogos.

NECESSIDADES E DESAFIOS	
Produção • Perda de variedades tradicionais locais adaptadas ao território (particularmente as de sequeiro) e do conhecimento associado ao seu uso; • Desconhecimento sobre o tecido de pequenos produtores e agricultores familiares locais existente no território; • Falta de uma cultura alargada de reconhecimento do modo de produção biológico como parte de promoção da saúde humana e do território; • Necessidade de formação e capacitação de produtores locais; • Prevalece o individualismo nos produtores: há um “início coletivizado” das iniciativas, mas com o surgimento de ganhos, optam por investir individualmente; • Mais organização de cooperativas e agrupamentos e de estabelecer parcerias/ melhor articulação; • Falta de regulamentação de comercialização dos excedentes; • Necessidade de valorizar a produção local com incentivos financeiros; • Os produtores e empresas locais não são consultados na programação dos apoios – subsiste uma abordagem vertical; • Necessário controlo fitossanitário/ químico; • Garantir a regularidade dos produtos de acordo com a sazonalidade dos mesmos; • Não existe uma imagem clara das práticas típicas locais que se ligam com a produção local; • Política Agrícola Comum da União Europeia devia apoiar e fomentar a agricultura biológica em detrimento da agricultura intensiva/ convencional.	• Mercado municipal necessita de reparação estrutural e de reestruturação de funcionamento ao nível de horários; • Melhorar gestão local da logística e do transporte que facilite distribuição dos produtos, quer a nível local, quer para outros territórios (atualmente dispendiosa) e para melhor articulação com o turismo e o comércio local; • Ausência de espaços comerciais para escoamento de produtos de agricultores locais: os turistas não têm onde comprar os produtos da região; • Apenas 5% de hortícolas vendidas localmente, dada a grande procura nas zonas urbanas por produtos de qualidade e a distribuição local não compensa; • Ausência de estruturas centralizadas/ coletivas para transformação e distribuição de produtos para centros urbanos.
Comercialização • Enquanto “montras” de promoção dos produtos locais, os mercados locais estão subaproveitados; • Necessário apoio e acompanhamento técnico na organização dos mercados (BIO e não BIO) de produtos locais;	Consumo • Desconhecimento das necessidades dos consumidores coletivos locais (IPSS, unidades de saúde, escolas, restauração, estruturas do município, etc.); • Desadequação das ementas dos consumidores coletivos face às variedades tradicionais locais e sua sazonalidade; • Falta de conhecimento sobre o impacto da alimentação biológica na saúde, com indicadores de qualidade nutritiva e terapêutica dos alimentos locais; • É premente melhorar a alimentação nas escolas e IPSS que são concessionadas; • Resistência da restauração local em alterar as suas ementas para introduzir alimentos locais, sendo a restauração um meio por excelência para divulgar a produção local; • Abastecimento das IPSS e outras estruturas a partir de produtores locais é dificultado devido ao

preço elevado, à burocracia e exigências na contratação pública;

- Excedentes de produção local são subaproveitados: necessária articulação com consumo local.

Outras Necessidades e Desafios

- Iniciativas em curso atomizadas: falta de comunicação entre as várias partes envolvidas no sistema alimentar local;
- Melhorar a comunicação do município: atualmente é efetuada sobretudo através da internet e deveria haver outros meios adaptados aos vários grupos da população;

- Combater a postura geral de inércia/ falta de iniciativa dos próprios locais para o desenvolvimento do seu território;
- Falta de ações de formação e sensibilização sobre tema da alimentação: necessária promoção de sessões de esclarecimento à comunidade sobre os impactos dos modelos de produção na saúde; alimentação saudável e nutrição valorizando produtos locais; sensibilização sobre compostagem, pastorícia e sementes tradicionais;
- Otimizar a gestão dos recursos hídricos a nível local pelo Município;
- Portagens da A23 geram constrangimentos.

BOAS PRÁTICAS E LIÇÕES APRENDIDAS

Produção

- Promoção da produção local a partir de participação e divulgação em eventos internacionais e nacionais (Biofach, Natal de Estrasburgo, Feira Nacional Agrícola, espaços em Lisboa - Casa do Concelho e mercado biológico do Lumiar) e o apoio do município à participação de produtores nestas feiras e eventos;
- Apoio e acolhimento a iniciativas na área, p.e., à empresa Sementes Vivas que promove conferências e seminários nacionais e internacionais;
- Persistência da produção e consumo sazonal dos alimentos;
- Esforços de plantação de espécimes autóctones e requalificação dos ecossistemas;
- A produção local biológica certificada e “responsável” (produtores sem certificação);
- Colaboração com o setor privado, incluindo produtores, para diversificarem e melhorarem as suas práticas;
- Abastecimento do *Festival Boom*;
- Práticas locais de permacultura e trocas diretas entre produtores;
- A elaboração de base de dados de produtores de matérias primas para rações biológicas para animais e sensibilização para esta prática;
- Oficinas de trabalho entre produtores e alunos nas escolas;
- Esforço de orientação da formação dos produtores para o quadro das BioRegiões;
- A divulgação e valorização promovida pela *Agenda Cultural Adufe*.

Comercialização

- Centro Logístico Agroalimentar do Ladoeiro que fornece o armazenamento, refrigeração e logística de apoio aos produtores;
- Realização de eventos gastronómicos semanais e ao longo do ano e promoção de feiras nos municípios que promovem os produtos locais.

Consumo

- Semana da Alimentação;
- Programa escolar “AliMenta”;
- Regime fruta escolar 100% Biológica em toda a rede de escolas e creches públicas do município;
- Projeto piloto de incorporação de produtos biológicos em duas escolas, com classificação por estrela aos refeitórios e produtores envolvidos;
- Apoio do município ao fornecimento das escolas com produtos locais;
- Rede municipal de piscinas disponibiliza produtos regionais e biológicos aos clientes.

Outras Boas Práticas

- Motivação do executivo da Câmara Municipal para estas temáticas (agricultura biológica, Bio-Região, valorização de produtos e do território);
- A transversalidade da estratégia Bio-Região em várias áreas: saúde, educação, economia, ambiente e ação social;
- Marca “Made in Idanha”;
- A articulação e visibilidade do Portal *Idanha.pt* para divulgação dos produtores e recursos locais;
- O desenvolvimento e envolvimento em projetos e iniciativas tais como o FISAS e o FoodLab;

- A candidatura à UNESCO Idanha-a-Nova Cidade Criativa da Música;
- O Centro Documental Raiano que visa a promover a ecologia, saúde natural e agricultura biológica;
- O papel ativo da autarquia e o foco atribuído à descentralização;
- Estratégia de coordenação e articulação de sinergias do Centro Municipal de Cultura e Desenvolvimento, um espaço de partilha, formação, conhecimento e de iniciativas;
- Infraestruturas existentes de apoio ao tecido empresarial e agrícola (central logística, lagar, incubadora de empresas, etc.);
- Substituição do uso de pesticidas nas vias públicas para produtos mais amigos do ambiente e da saúde pública e promoção da utilização de materiais recicláveis pelo município;
- Ações de sensibilização nas escolas para a poupança de água.

RECURSOS E OPORTUNIDADES

Produção

- A Bio-Região enquanto potencial promotor de espaços de informação a produtores locais;
- Valorização/ certificação dos produtos locais;
- Mão de obra sazonal para trabalhar na agricultura;
- Programa Idanha Green Valley (Couto da Várzea).

Comercialização

- Loja em Castelo Branco de produtos locais;
- Esforços de promoção do território através da marca BioRegião de Idanha-a-Nova;
- Infraestruturas existentes de apoio à comercialização.

Consumo

- Projeto inspirador “Km Zero Montemorensense” visa incentivar o consumo de alimentos produzidos localmente pode ser replicado a nível local;
- Sensibilização e formação da restauração e cantinas locais;

- Ações de sensibilização/ oficinas sobre o equilíbrio alimentar junto das escolas e Juntas de Freguesia;
- Adaptação de ementas locais como forma de promover consumo de produtos locais;
- Ranking de produtos Bio nas escolas.

Outros Recursos e Oportunidades

- O papel central das autarquias;
- É importante não descorar o trabalho em rede/ articulação/ colaboração com a UNESCO, BioRegiões, etc.;
- Criar ou melhorar a “Rota de Idanha” com foco num turismo de proximidade;
- Instituto Politécnico: integração de conteúdos pedagógicos sobre estas temática na oferta formativa;
- Utilização de escolas, Juntas de Freguesia e igrejas como meios de divulgação dos eventos;
- Programa “Recomeçar” promovido pelo município.

MEDIDAS/ POLÍTICAS PÚBLICAS

Produção

- Criar subsídios com majoração para apoiar produção local em modo BIO;
- Maior adequação dos apoios à agricultura local;
- Taxar químicos utilizados na agricultura convencional;
- Criar medidas direcionadas para potenciar a agricultura em modo de produção biológica, p.e., criar protocolos com entidades certificadoras, visando diminuir custos de produção tornando-a mais atrativa;
- Medidas de apoio aos trabalhadores sazonais (complementos aos subsídios sociais) para reforçar a mão de obra sazonal na agricultura;
- Elaborar um quadro legal/fiscal que favoreça a agricultura familiar;

- Criar uma associação/ organização dos pequenos produtores locais, para que estes tenham um enquadramento legal/fiscal e possam participar formalmente no mercado;
- Fazer um levantamento de sementes e de pequenos produtores e agricultores familiares em parceria com as Juntas de Freguesia;
- Recuperar variedades adaptadas ao território, resilientes às alterações climáticas (p.e., cultura de sequeiro em casos de seca);
- Estimular/motivar e facilitar a transição para a produção BIO, p.e., através da criação de protocolos/ acordos com a entidade certificadora para um financiamento no período de transição, dado os elevados custos de certificação;

- Criar espaços de partilha e capacitação de produtores e seu acompanhamento técnico para superar as baixas qualificações;
- Desenvolver uma plataforma de distribuição de produtos locais, p.e., para venda de cabazes;
- Criar/ melhorar entreposto para a transformação e distribuição de produtos para centros urbanos relevantes;
- Necessidade de valorizar a produção local, p.e., criando subsídios com majoração, utilizando o dinheiro local, em forma de vales ou outro;

Comercialização

- Criar loja municipal de produtos locais para os consumidores locais e externos;
- Requalificar o Mercado Municipal local;

Consumo

- Maior descentralização para facilitar processos de compras públicas de produção local;
- Criar protocolos com restauração local e também entidades públicas para uso de variedades locais e sazonais nas ementas, com especial atenção ao envolvimento de quem confeciona as refeições;
- Sensibilizar a população para o consumo de produtos locais;

Outras Medidas Prioritárias

- Medidas de melhoramento de gestão dos recursos hídricos;

- Mapear um roteiro de agricultura biológica e criar uma sinalética, p.e., um mapa com a identificação de produtos locais e eventos;
- Introdução das temáticas sobre produção agrícola sustentável na oferta formativa da Escola Superior Agrária de Castelo Branco;
- Melhorar a comunicação/ divulgação dos apoios e das iniciativas do município em curso para que os habitantes locais conheçam as possibilidades existentes e se apropriem dos projetos em curso, fortalecendo-os;
- Maior concertação entre os atores locais e as várias iniciativas em curso;
- Subsídios à produção com majoração, com a comparticipação de dinheiro público local;
- Abolir as portagens na A23;
- Promoção de entidades que criem uma marca própria e desenvolvam uma estratégia de comercialização através do Portal Idanha.pt;
- Continuar a fomentar a relação entre produtores e consumidores, trabalho iniciado pelo município;
- Utilizar o espaço da Universidade Sénior para promover iniciativas de sensibilização e debate;
- Promover encontros de parcerias entre empresas e associações locais, entre produtores locais e a restauração no município.

De referir que, a abrangência das preocupações e propostas apresentadas no Quadro 1, tornam evidente a necessidade de espaços de diálogo e concertação regulares e permanentes entre os atores locais, dada a complexidade da intervenção sobre o sistema alimentar. Um desafio que não é específico apenas de Idanha-a-Nova, mas que se prende com a falta generalizada de quadros institucionais orientados para o sistema alimentar.

RECOMENDAÇÕES

A partir da discussão dos resultados obtidos nos grupos de discussão, e não obstante as outras medidas elencadas, os participantes procuraram, em plenária, identificar prioridades principais de atuação em diversos setores:

Produção alimentar:

- a) Sensibilização e o apoio técnico na transição para práticas mais sustentáveis de produção e “trazer” os agricultores familiares aos mercados, garantindo o controlo e a qualidade dos produtos;
- b) Elaboração de um estudo de mercado sobre oferta e procura alimentar local, de forma a articular as necessidades de consumo local (dos habitantes e turismo), com a produção e comercialização.

Comercialização:

- a) Reestruturar o mercado municipal e articular com os serviços de transportes;

- b) Otimizar a logística e os transportes para operacionalizar condições para desenvolver a oferta para o exterior e também promover maior acessibilidade junto da população local;
- c) Agregação (em cooperativa, associação, ...) de empresas locais de agricultores para se organizar a produção e a logística com a finalidade de otimizar os custos.

Outras prioridades:

- a) Criar espaços de diálogo e concertação regulares entre atores locais para trabalho coletivo numa estratégia alimentar local que agregue as iniciativas em curso e permita otimizar a intervenção sobre os desafios e necessidades locais;
- b) Melhorar o Portal Idanha.pt e possivelmente criar uma loja online;
- c) Continuar o processo de desenvolvimento e certificação da Bio-Região;
- d) Converter os resultados de todo o investimento e esforço feito até ao presente em informação acessível que permita monitorizar e melhorar o que se faz;

Como medida prioritária a implementar para o desenvolvimento de uma política alimentar territorial integrada recomenda-se a criação de um Conselho Municipal Alimentar, adaptado ao território e alicerçado nas propostas discutidas pelos participantes, em moldes de funcionamento a determinar, visando a criação de um espaço de continuidade para o diálogo e a articulação entre atores locais, para a definição e implementação de uma Estratégia Local de Direito à Alimentação Adequada.

Face a estas iniciativas, o município de Idanha-a-Nova poderá, assim, contribuir para o desenvolvimento da economia e segurança alimentar da Beira Baixa, colocando-se numa posição pioneira em termos de criação de políticas públicas para a promoção de sistemas alimentares territoriais sustentáveis (tema chave no quadro da próxima PAC e da estratégia europeia “do Prado ao Prato” da Comissão Europeia) e visando implementar o direito humano à alimentação adequada das suas população.

BIBLIOGRAFIA

BASE DE DADOS PORTUGAL CONTEMPORÂNEO (PORDATA), 2019. *Quadro Resumo – Idanha-a-Nova*. Disponível em: <https://www.pordata.pt/Municipios/Quadro+Resumo/Idanha+a+Nova-252006>

BURITY V., FRANCESCHINI T., VALENTE F., RECINE E., LEÃO M., CARVALHO M. F., 2010. *Direito Humano à Alimentação Adequada no Contexto da Segurança Alimentar e Nutricional*. Brasília, DF: ABRANDH. 204p. Disponível em: https://www.redsan-cplp.org/uploads/5/6/8/7/5687387/dhaa_no_contexto_da_san.pdf

CENTRO MUNICIPAL DE CULTURA E DESENVOLVIMENTO (CMCD), 2020. *Valorizamos As Pessoas e o Território*. Disponível em: <http://incubadora.cmcd.pt/>

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (INE), 2019. *Idanha-a-Nova - Retrato Municipal*. Estimativas Anuais da População Residente e Indicadores Demográficos. Ministério do Ambiente - Direção Geral do Território, Carta Administrativa Oficial de Portugal. Disponível em: https://www.ine.pt/documentos/municipios/0505_2019.pdf

JORNAL DO FUNDÃO, 2020. *Município de Idanha-a-Nova dá apoio alimentar a 291 pessoas*. Disponível em: <https://www.jornaldofundao.pt/castelo-branco/municipio-de-idanha-a-nova-da-apoio-alimentar-a-291-pessoas/>

MUNICÍPIO DE IDANHA-A-NOVA, 2020a. *Distribuição de Géneros Alimentares e/ou de Bens de Primeira Necessidade – Continente*. Disponível em: http://www.cm-idanhanova.pt/areas/financiamentos/po_apmc/dist_alimentar.aspx

MUNICÍPIO DE IDANHA-A-NOVA, 2020b. *Recomeçar em Idanha*. Disponível em: <http://www.cm-idanhanova.pt/investimento/recomecar.aspx>

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA (FAO). 2015. *Diretrizes Voluntárias em apoio à realização progressiva do direito à alimentação adequada no contexto da segurança alimentar nacional*. Roma, Disponível em: <http://www.fao.org/documents/card/en/c/4ffe5751-ed42-43dd-8eee-14c4fc547b8a/>

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA (FAO). 2020. *Marco da FAO para a Agenda Alimentar Urbana*. Roma. Disponível em: <http://www.fao.org/publications/card/en/c/CA3151PT/>